



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

2485/99

Altera a redação, acrescenta, suprime e revoga dispositivos na Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977 – Código Tributário do Município, e dá outras providências.
Proc. nº 26129/97

MÁRCIO FRANÇA, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1.º - Passam a vigorar com a seguinte redação os dispositivos abaixo relacionados da Lei n.º 1745, de 29 de setembro de 1977 - Código Tributário do Município:

I - Art. 96 - inciso II

“Art. 96 -

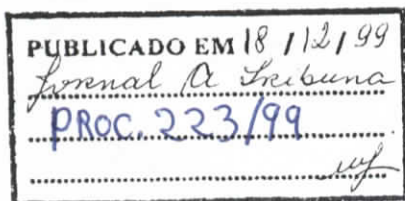
“II – quando se tratar do não cumprimento de obrigação tributária acessória, resultando ou não na falta de pagamento de tributos, multa de 10% (dez por cento) do valor do tributo, até o limite de 2.100 UFIRs.”

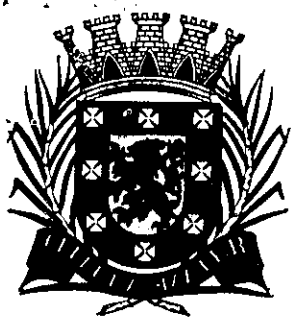
II - Art. 99 – *caput*, suprimidas as alíneas a, b e c

“Art. 99 – Excetuando-se o disposto no inciso I do artigo 96, o valor da multa será reduzido em 20% (vinte por cento) se o infrator, conformando-se com a aplicação da penalidade, efetuar o pagamento das importâncias exigidas no prazo previsto para defesa.”

III - Art. 124 - *caput*

“Art. 124 – O contribuinte ou responsável que não concordar com o lançamento do tributo poderá reclamar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega do aviso ou da publicação do edital.”





Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.2

IV- Art. 127 -

“Art. 127 – O autuado que não se conformar com o auto lavrado por infração à legislação municipal poderá apresentar defesa no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação.”

V - Art. 192 - itens 4, 95 e 96, suprimido o item 7

“Art. 192 -

“4 – enfermeiros, obstetras, ortópticos fonoaudiólogos e protéticos (prótese dentária);

95 – cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não-pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos de cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central);

96 – instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talões de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de aviso de lançamentos e extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços);”

VI - Art. 194 - acrescido dos incisos III e IV

“Art. 194 -

“III – do resultado econômico;



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.3

IV – do tipo de organização, sob forma de firma individual, sociedade civil, cooperativa, sociedade anônima ou outras, ressalvados os casos previstos no artigo 196.”

VII - Art. 195 - acrescido dos incisos III e IV, com as alíneas a, b, c, d, e, e inciso V

“Art. 195 -

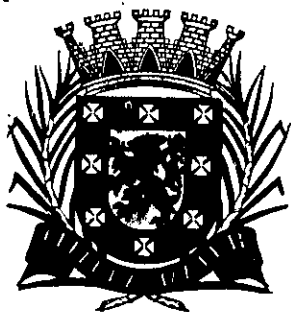
“III – entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para a prestação do serviço, sendo irrelevante a sua categoria, bem como a circunstância de o serviço ser prestado, habitual ou eventualmente, em outro local;

IV – a existência de estabelecimento prestador é indicada pela verificação de um ou mais elementos, dentre os seguintes:

- a) manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução do serviço;
- b) estrutura organizacional ou administrativa;
- c) inscrição nos órgãos previdenciários e outros;
- d) indicação como domicílio fiscal, para efeito de tributos federais, estaduais e municipais;
- e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação de endereço em impressos ou formulários, locação de imóvel, propaganda ou publicidade, conta de energia elétrica, água ou linha telefônica;

V – considera-se estabelecimento prestador o local onde for prestado o serviço de diversões públicas de natureza itinerante.”

VIII - Art. 196 – caput, acrescido dos incisos I, II e III, alíneas a, b, c, e parágrafos 1.º, 2.º e 3.º



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.4

“Art. 196 – O imposto não incide sobre os serviços:

I – da União, do Estado ou do Município;

II – das autarquias criadas pela União, pelo Estado ou pelo Município, quando vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III – de partidos políticos, inclusive suas fundações; das entidades sindicais de trabalhadores; das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, exclusivamente quando vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes, desde que:

a) não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

b) apliquem integralmente, no País, os recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§1º - Considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos, que preste os serviços para os quais houver sido instituída e observe as prescrições referidas no inciso III deste artigo.

§2º - As instituições de educação e de assistência social, para fazerem jus à imunidade, não poderão remunerar seus dirigentes, por qualquer forma, pelos serviços a elas prestados.

§3º - Na falta de cumprimento do estatuído neste artigo, poderá o Executivo suspender a aplicação do benefício.”



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.5

IX - Art. 197 – acrescido dos parágrafos 1.º e 2.º
“Art. 197 -

§ 1.º - Responsável pelo imposto é todo aquele que estiver vinculado ao fato gerador da obrigação tributária.

§ 2.º - Sem prejuízo do disposto neste artigo, a lei, de modo expresso, pode atribuir à terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação a responsabilidade pelo crédito tributário, excluído o contribuinte da responsabilidade do cumprimento total da referida obrigação ou atribuindo-a a ele em caráter supletivo”.

X - Art. 198 – *caput*, incisos I, II, III e IV, suprimidos os incisos V, VI e VII

“Art. 198 – O imposto é devido:

I - pelo prestador do serviço, com ou sem estabelecimento fixo;

II - pelo proprietário da firma individual ou empresa de transporte coletivo, no território do Município;

III - por quem seja responsável pela execução das obras referidas nos itens 32, 33 e 34 da Lista a que se refere o artigo 192, incluídos nesta responsabilidade os serviços auxiliares e as subempreitadas;

IV – pelo subempreiteiro de obras referidas no inciso anterior e pelo prestador de serviços auxiliares, tais como os de encanador, eletricista, carpinteiro, marmorista, serralheiro e demais serviços vinculados à obra.”

XI - Art. 202 - parágrafo 1.º, acrescido dos §§ 7.º a 13
“Art. 202 -

Handwritten mark

Handwritten signature



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.6

§1º Para os efeitos deste artigo, considera-se preço a importância cobrada em virtude da prestação do serviço, em moeda corrente, depositada em conta bancária ou não, bens, serviços ou direitos, inclusive a título de reembolso, reajustamento ou dispêndio de qualquer natureza.

§7º - Incluem-se na base de cálculo as vantagens financeiras decorrentes da prestação de serviços, inclusive as relacionadas com a retenção periódica dos valores recebidos.

§8º - Os descontos e abatimentos concedidos sob condição integram o preço do serviço.

§9º - A prestação de serviço a crédito, sob qualquer modalidade, implica na inclusão, na base de cálculo, dos ônus relativos à obtenção do financiamento, ainda que cobrados em separado.

§10 - Nos serviços contratados em moeda estrangeira, o preço será o valor resultante da conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

§11 - Nos casos de estabelecimento que represente, sem faturamento, empresa do mesmo titular, sediada fora do município, a base de cálculo compreenderá, no mínimo, todas as despesas necessárias à manutenção desse estabelecimento.

§12 - O imposto é parte integrante e indissociável do preço do serviço, constituindo o seu destaque nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle e esclarecimento ao usuário do serviço.

§13 - O valor do imposto, quando cobrado em separado, integrará a base de cálculo."

pt



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.7

XII - Art. 206 - *caput*, acrescido dos incisos I e II

“Art. 206 - Na prestação de serviços a que se referem os itens 32, 33 e 34 da Lista de que trata o art. 192, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

I) - ao valor das subempreitadas já tributadas neste município;

II) - ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, limitado a 55%(cinquenta e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do estabelecido em regulamento.”

XIII - Art. 207 – incisos I a VI e § 1.º, acrescido de §4.º

“Art. 207 -

I – 10% (dez por cento), no caso do item 95;

II – 10% (dez por cento), no caso do item 96;

III – 6% (seis por cento), no caso do item 97;

IV - 3% (três por cento), nos casos dos itens 32, 33 e 34;

V - 2% (dois por cento), nos casos dos itens 60 e 61;

VI – 1% (um por cento), nos demais casos.

§1.º - Na hipótese prevista no artigo 205, o imposto será cobrado em quatro prestações iguais, observando-se entre o pagamento de uma prestação e outra, um intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.”

§ 4.º – Enquadram-se nos incisos I e III deste artigo, somente:

a) no inciso I : item 95 – os serviços executados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.8

b) no inciso III : item 97 – os serviços de transporte de passageiros dentro do território do município.

XIV - Art. 208, acrescido de § 3.º

“Art. 208 -

“§ 3.º – Quando a documentação exigida na forma do parágrafo anterior não for apresentada na sua totalidade, será concedida inscrição provisória, a critério da repartição competente, fixando-se prazo razoável para a satisfação das exigências previstas na legislação municipal”.

XV - Art. 212 - *caput*, acrescido de parágrafo único

“Art. 212 – O sujeito passivo, salvo o referido no artigo 205, fica obrigado a manter em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição, escrita fiscal destinada ao registro da prestação de serviços efetuados, ainda que não tributados.”

Parágrafo Único – O regulamento estabelecerá os modelos de livros fiscais, a forma e os prazos para a sua escrituração, podendo ainda dispor sobre a dispensa ou obrigatoriedade de manutenção de determinados livros, tendo em vista a natureza dos serviços ou ramo de atividade dos estabelecimentos.”

XVI - Art. 219 - *caput* e parágrafo 1.º

“Art. 219 – O contribuinte ou responsável deverá recolher, por guia ou carnê, nos prazos regulamentares, o imposto correspondente aos serviços prestados em cada mês vencido.

§ 1.º – A guia e o carnê obedecerão o modelo aprovado pelo Poder Executivo.”



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.9

XVII - Art. 223 – *caput*, incisos I, alíneas a, b, c, d, e, acrescido das alíneas f, g, h, i, j, l, m; II, acrescido das alíneas a, b, c, d, e, f, g; III, acrescido das alíneas a, b, c; IV; V e parágrafo único, suprimidos os incisos VI, VII, VIII e IX.

“Art. 223 – As infrações apuradas após o início da ação fiscal serão punidas com as seguintes multas:

I – de 2.100 (duas mil e cem) UFIRs, aos que:

a) exerçam atividade sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, sem a respectiva inscrição como contribuinte;

b) sujeitos ao pagamento do imposto por estimativa, sonegarem documentos necessários à fixação do valor;

c) sujeitos à escrita fiscal, deixarem de lançar, no livro próprio, o imposto devido;

d) sujeitos à emissão de nota fiscal, deixarem de emití-la em operação tributável;

e) sujeitos ao pagamento do imposto, sonegarem, destruírem ou se recusarem a apresentar documentos de controle interno ou fiscais, necessários à apuração do montante do imposto devido;

f) por ocasião dos espetáculos previstos no item 60 –Diversões Públicas, da Lista de Serviços do art. 192, não providenciarem a emissão de bilhetes de ingresso ou congêneres, a que estiverem sujeitos, devidamente autenticados;

g) deixarem de inutilizar bilhetes de ingresso ou congêneres, no ato do seu recolhimento na portaria, ou fizerem com que eles retornem à bilheteria;

h) por qualquer forma embaraçarem a ação fiscal ou se recusarem a apresentar livros e documentos fiscais-comerciais;



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.10

i) não possuírem livros e documentos exigidos em regulamento, necessários ao exercício de sua atividade;

j) não mantiverem sob sua guarda os livros e documentos fiscais, durante o quinquênio prescricional do crédito tributário;

l) adotarem regime especial de documentos fiscais sem prévia autorização;

m) indevidamente emitirem documentos fiscais de serviços, em proveito próprio ou alheio;

II – de 1.050 (mil e cinquenta) UFIRs:

a) pelo não atendimento à intimação;

b) pelo uso do livro fiscal em desacordo com o regulamento;

c) por atraso na escrituração dos livros fiscais;

d) pelo uso de livros fiscais sem a respectiva autenticação pela repartição competente;

e) por não haver solicitado autorização prévia da repartição competente, para confecção de documentos fiscais;

f) aos estabelecimentos gráficos que, por ocasião da confecção de documentos fiscais, deixarem de exigir autorização devidamente visada pela repartição competente;

g) aos que, não obrigados ao pagamento do imposto, deixarem de emitir nota fiscal ou fatura de serviço correspondente a operação isenta ou não tributada, ou outros documentos de controle exigidos pela legislação municipal;

III - de 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do imposto aos contribuintes ou responsáveis que:

a) deixarem de recolher o imposto devido;

b) deixarem de recolher o imposto devido no prazo regulamentar;

A



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.11

c) infringirem o disposto no artigo 201;

IV - igual ao valor do imposto, observada a imposição mínima de 1.050 (mil e cinqüenta) UFIRs aos que, tendo efetuado a retenção na fonte prevista no artigo 201, não recolherem o tributo no prazo regulamentar;

V - de 1.050 (mil e cinqüenta) UFIRs aos que cometerem infração para a qual não haja penalidade específica neste artigo.

Parágrafo Único – No caso de as infrações previstas neste artigo resultarem de artifício doloso ou aparentarem evidente intuito de fraude, a multa corresponderá a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do valor do imposto, e nunca inferior a 2.100 (duas mil e cem) UFIRs.”

XVIII - Art. 227 - *caput*, suprimidas as alíneas a, b, c

“Art. 227 – O valor da multa, quando não se referir a infração por falta de recolhimento do imposto, será reduzido em 20% (vinte por cento) se o infrator, conformando-se com a aplicação da penalidade, efetuar o pagamento das importâncias exigidas no prazo previsto para reclamação.”

XIX - Art. 228 - acrescido de parágrafo único

“Art. 228 -

“Parágrafo Único – Aos contribuintes que procurarem o setor competente antes de qualquer procedimento fiscal, para sanar irregularidade verificada no cumprimento das obrigações acessórias não serão aplicadas penalidades.”

XX - Art. 242 - incisos I, mantidas as suas alíneas; II, mantidas as suas alíneas; III e parágrafo 2.º, suprimidas as alíneas a, b, c, mantido o § I



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 261

fl.12

“Art. 242 -

“I – 1.050 UFIRs aos que :

II – 2.100 UFIRs aos que :

III – 1.050 UFIRs aos que cometerem infração para a qual não haja penalidade específica neste Código.

§ 2.º O valor da multa será reduzido em 20% (vinte por cento) se o infrator, conformando-se com a aplicação da penalidade, efetuar o pagamento das importâncias exigidas no prazo previsto para defesa.”

Art. 2.º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2000.

Art. 3.º - Revogam-se disposições em contrário, em especial as alíneas a, b, c do art. 99; o item 7 do art. 192; os incisos V, VI e VII do art. 198; os incisos VI, VII, VIII e IX do art. 223; as alíneas a, b, c do art. 227 e as alíneas a, b, c do § 2º do art. 242 da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977 – Código Tributário do Município.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria,
Cellula Mater da Nacionalidade, em 17 de dezembro de 1999.

Proc. 223/99


MÁRCIO FRANÇA
Prefeito Municipal